



Triste Fim de Policarpo Quaresma – between the symbolic triad – the webs of an announced violence

Triste Fim de Policarpo Quaresma – entre a tríade simbólica – as teias de uma violência anunciada

SILVA, Marisa Corrêa ⁽¹⁾; OLIVEIRA, Maria Betânia da Rocha de ⁽²⁾

Os autores devem ser identificados de acordo com a indicação abaixo, Georgia 8, os dados devem estar completos e o Orcid válido, com os 16 dígitos conforme indicação abaixo.

⁽¹⁾ 0000-0002-9692-7374; Professora Adjunta da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, Paraná (PR), Brasil. E-mail: mcsilva5@uem.br

⁽²⁾ 0000-0002-9862-2857; Professora Adjunta da Universidade Estadual de Alagoas. São Miguel dos Campos, Alagoas (AL), Brasil. E-mail: mariabetania.oliveira@uneal.edu.br

O conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos/as seus/as autores/as.

ABSTRACT

This article analyzes the forms of violence in the novel *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, by Lima Barreto (published in English as *The Patriot and Sad End of Policarpo Quaresma*), through the Lacanian materialism proposed by Slavoj Žižek. The methodological process of construction of this research followed the path of selection and review of the bibliography from the readings and studies of printed and digital works that provided the essential data for the construction of the text. As this is a qualitative research, we reached for the readings of Lacanian Literature and Materialism, bringing elements of Philosophy and Sociology in order to complement the specific approach, aiming to investigate the relationship between world, people, events and places, in their forms of social and literary representation. The text presents data on the work of Lima Barreto, highlighting the literary aspects that reflect the behavior and tensions of a country that had become independent and democratic, although not transposing such concepts to everyday practices. Among the various conceptions of violence, we chose those postulated by Žižek (2014) to explain how subjective and objective violence - systemic and symbolic - appears as consequences of power relations between classes in the political and social scenario presented by the narrative of the character Policarpo Quaresma. Research indicates that violence in *Policarpo Quaresma* is associated with man and society, and that the subjective, systemic and symbolic forms not only maintain the structure of the narrative but also accounts for searching for the meaning of existence that depicts the character.

RESUMO

Este artigo analisa as formas de violência no romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, por meio do materialismo lacaniano proposto por Slavoj Žižek. O processo metodológico de construção desta pesquisa seguiu o percurso de seleção e revisão da bibliografia a partir das leituras e dos estudos de obras impressas e digitais que forneceram os dados essenciais para a construção do texto. Por se tratar de uma pesquisa de cunho qualitativo, recorremos às leituras da Literatura e do Materialismo Lacaniano, trazendo, a fim de complementar a abordagem específica, elementos da Filosofia e Sociologia, objetivando averiguar a relação entre mundo, pessoas, acontecimentos e lugares, em suas formas de representação social e literária. O texto apresenta dados sobre a obra de Lima Barreto, destacando os aspectos literários que refletem o comportamento e as tensões de um país que se fizera independente e democrático, mas isso não se traduzia nas práticas cotidianas. Dentre as várias concepções de violência, elegemos as postuladas por Žižek (2014) para explicar como as violências subjetiva e objetiva – sistêmica e simbólica – aparecem como consequências das relações de poder entre classes, no cenário político e social apresentado pela narrativa do personagem Policarpo Quaresma. As pesquisas apontam que a violência, em *Policarpo Quaresma*, está associada ao homem e à sociedade, e, no romance, as formas subjetiva, sistêmica e simbólica, além de manterem a estrutura da narrativa, são responsáveis pela busca do sentido da existência que caracteriza o personagem.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Histórico do Artigo:

Submetido: 09/06/2022

Aprovado: 30/07/2022

Publicação: 10/10/2022



Keywords:

Lima Barreto, Lacanian materialism, subjective, systemic and symbolic violence

Palavras-Chave:

Lima Barreto, materialismo lacaniano, violência subjetiva, sistêmica e simbólica

Introdução

Este artigo dialoga com os estudos históricos e sociais do pensamento brasileiro a partir das discussões acerca da relevância de um autor, do conjunto de sua obra e, especificamente, do romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Nessa perspectiva, as pesquisas realizadas não ficaram restritas a concepções que tentam apenas explicar os fatores externos, uma vez que se fez necessário levar em consideração a predominância do aspecto sincrônico sobre o diacrônico da obra. Candido (2000) ensina que o elemento externo de uma determinada obra literária – nesse caso, o social – é um tanto relevante, todavia não como causa ou consequência, tampouco como significado, mas como componente que desempenha certo papel na constituição da estrutura da obra, tornando-se, logo, um fator interno.

Candido (2000) distingue, analiticamente, na literatura, uma função total e uma função social. Enquanto a primeira deriva da elaboração de um sistema simbólico, que transmite certa visão do mundo por meio de instrumentos expressivos adequados, a segunda comporta o papel que a obra desempenha no estabelecimento de relações sociais, na satisfação de necessidades espirituais e materiais, na manutenção ou mudança de certa ordem na sociedade. Em síntese, seria a superação entre a investigação histórica e as orientações estéticas.

Para uma abordagem que se queira crítica e que dialogue diretamente com a história e com os estudos literários, conforme objetiva este estudo, levamos em consideração o fator da própria construção artística, “estudada no nível explicativo e não ilustrativo” (Candido, 2000, p. 17) para analisar as formas da violência no romance de Lima Barreto.

Triste Fim de Policarpo Quaresma, de Lima Barreto, apresenta, em sua unidade de composição, a representação dos fatos que marcaram o período histórico, social e cultural dos primeiros anos da República. A trama transcorre no ano de 1893, mas sua escrita e publicação datam de 1911, e ela, a trama, reflete o patriotismo do personagem Policarpo Quaresma, algo que, além de incontestável, ultrapassa os limites do nacionalismo vigente. Para entendermos tal afirmação, é necessário contextualizar a situação do Brasil, destacando a relação do nosso país com o mundo.

A partir do momento em que temos essas informações históricas sobre as relações estabelecidas no Brasil da época, podemos, por meio do estudo da realidade vigente, mostrar que, no momento da obra, embora o Brasil fosse um país formalmente livre, essa formalidade não se fazia na prática. E isso podemos constatar ao longo da obra quando nos deparamos com generais sem guerra, almirantes sem navios ou mesmo a constatação de que o nacionalismo era um conceito que se dissolvia diante da realidade – o que extermina todos os projetos de reforma do protagonista da obra em questão.

A inconsistência desses projetos fica mais explícita quando comparamos as tentativas do protagonista de defender os interesses nacionais com os reais interesses do governo, principalmente porque as raízes de seus projetos estavam mergulhadas numa malha de

relações de um sistema que estava tomando formas de violência cada vez mais nítidas: a sociedade regida pelo capital.

Essas características justificam a análise da obra a partir do materialismo lacaniano proposto por Žižek. Trata-se de uma proposta que estuda a obra de Lima Barreto na perspectiva histórica, sociológica e filosófica, sem negligenciar a intenção propriamente crítica de análise em seu viés estético literário. Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, é justamente essa concepção da obra como organismo social que admite, em sua análise, considerar o vaivém dos diversos fatores que a condicionam às concepções históricas e literárias, permitindo uma análise à luz de uma teoria contemporânea.

Em suma, a obra de Lima Barreto merece ter ampliação tanto na visibilidade literária quanto no prestígio da crítica, pois os fatos históricos representados em sua obra demonstram um processo de apropriação das condições sociais, políticas e econômicas responsáveis por determinar a relação do escritor com o seu tempo. O autor soube muito bem unir história e ficção, pois a imaginação de Lima Barreto “é capaz de criar personagens que irão se incorporar de forma definitiva ao próprio cânone da literatura brasileira e serão retomados por outras formas de criação artística entre nós, ... como acontece com Policarpo Quaresma, nosso d. Quixote” (Resende, 2017, p. 36).

Violência: breves considerações

O termo “violência” sempre fez/faz parte da vida do homem: “a violência surge na sociedade sempre de um modo novo e ninguém consegue evitá-la por completo, já que resulta das relações entre os seres humanos” (Paviani, 2016, p. 8). Em outras palavras, a violência faz parte das relações entre os seres humanos, e suas representações surgem nas sociedades de acordo com o tempo e o espaço para expressar, de alguma forma, as relações de poder entre as classes dominantes e os dominados, por vezes metaforizadas nos embates entre indivíduos.

A perspectiva adotada para análise da violência nesta pesquisa é a filosófica, mas destacamos que essa temática ainda é pouco analisada sob essa área do conhecimento. Paviani (2016) afirma que a história da violência, enquanto teoria, ainda não é explicitamente explorada, uma vez que filósofos como Platão, Aristóteles, Hobbes, Locke, Rousseau, Kant, Nietzsche, Russel e Marx se apresentam como defensores de uma violência subjetiva invisível e que apenas Foucault, Arendt, Eric Weil, Žižek, Agamben, Perine e Chauí se dedicaram à análise da natureza do termo violência.

Segundo as ideias defendidas por Marx (1998), vivemos numa sociedade cuja divisão em classes não favorece a convivência harmoniosa entre as pessoas. Observaremos essa visão na relação estabelecida entre Policarpo Quaresma e os secretários, os coronéis e os generais da obra em análise neste artigo. Nela, fica claro que não há como conciliar trabalhadores e os

detentores do poder, pois, enquanto os primeiros defendem a liberdade humana como condição primordial da vida em sociedade, os segundos limitam essa liberdade aos possuidores da riqueza produzida ou, no máximo, permitem uma liberdade formal – aquela que existe no papel (leis) e que é dirigida ao sujeito abstrato (cidadão), que vive numa comunidade abstrata (Estado). No caso, entre o povo e o Brasil da República de Floriano Peixoto.

Sobre esse prisma: “Violência é um ato de brutalidade, ... e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror” (Chauí, 2011, p. 3). Ou seja, a violência atua como uma força negativa, já que, ao agir sobre o outro pela força, nega-lhe o tratamento como “seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade” (Chauí, 2011, p. 3).

O poder das ações do personagem Marechal Floriano Peixoto, durante a Revolta da Armada, é colocado em evidência em diversas passagens que descrevem o manifesto dos marinheiros: “A baía está cercada de canhões, continuou o general, após uma pausa, e o marechal vai intimá-los a renderem-se” (Barreto, 1993, p. 169). Quando os revoltosos foram rendidos, muitos foram presos, e alguns líderes foram enviados para a cidade de Tabatinga, no interior do Estado do Amazonas.

Arendt (2013) relaciona o termo violência ao poder político: “violência nada mais é do que a mais flagrante manifestação de poder” (Arendt, 2013, p. 77), mas chama atenção para a importância da relação entre poder e violência, já que esses elementos não devem ser utilizados como sinônimos na política, isto é, a violência deve ser a “última opção para que a estrutura de poder seja mantida” (Arendt, 2013, p. 77). Em outras palavras, se o poder está associado à capacidade de manter, por meio da liberdade, a relação entre os indivíduos, o uso da violência contraria todos os princípios expressos por essa autora.

As concepções de violência são complexas e decorrentes de inúmeros fatores sociais, políticos e éticos/morais que marcam uma determinada sociedade no decorrer dos tempos. Mas é consenso que, na era contemporânea, os atos tidos como violentos passaram a ganhar mais visibilidade por conta da mídia e, obviamente, ocorrem em diversas esferas da sociedade, principalmente porque há uma violência silenciosa que emana não só das estruturas políticas, dos sistemas de repressão e das contradições inerentes ao próprio capitalismo, mas até mesmo das forças de um multiculturalismo liberal tolerante da atualidade que, em sua essência, pratica uma política de equivalência tão distorcida que acaba por disfarçar a real situação dos que estão à margem da sociedade.

Dentre todas as concepções de violência, este artigo encontra-se estruturado nas concepções da violência enquanto instrumento de um mundo Simbólico, cujos movimentos são regidos pelas ações de sujeitos individuais e/ou sociais a partir de sua relação consigo mesmos e com o outro.

Neste contexto, esta pesquisa em Letras/Estudos Literários analisa as formas de violência no romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, por meio da

perspectiva materialista lacaniana proposta por Slavoj Žižek. A pesquisa tomou como caminho de estudo a pesquisa qualitativa e de caráter indutivo e recorreu a um campo multidisciplinar que envolveu as ciências humanas e sociais, cuja finalidade foi traçar um campo de estudos a partir da fortuna crítica de Lima Barreto sob o prisma da aplicação do materialismo lacaniano.

Em Literatura, a pesquisa qualitativa implica um cruzamento de dados que propõe um diálogo entre o objeto de pesquisa e os significados apontados no texto, os quais nos direcionaram para a delimitação do tema: as formas de violência a partir do pensamento do filósofo Slavoj Žižek, permeando toda a estrutura da narrativa e seu diálogo com o contexto histórico de uma época – a do Brasil da Primeira República.

Em *Violência: seis reflexões laterais* (2014), Žižek apresenta as diversas formas da violência e chama atenção para o problema de mantermos o foco nas manifestações facilmente visualizadas, como, por exemplo, as manifestações populares, os atos de crime e terror, a violência urbana, as guerras e os confrontos civis – uma vez que os atos coletivos colaboram para desviar a atenção da população para a verdadeira violência, aquela que provoca os estragos imediatamente verificáveis. De acordo com o autor, esses “sinais mais evidentes de violência que nos vêm à mente” (Žižek, 2014, p. 18) fazem parte de uma realidade que envolve as pessoas de forma tão natural e tão presente que elas não percebem as outras formas de violência que se apresentam diariamente em suas vidas.

A perspectiva provocativa de Žižek confirma suas convicções acerca da dimensão do significado de violência limitada a seu aspecto diretamente visível que, longe de ser “normal”, depende de uma distorção ideológica. Em outras palavras, é uma violência fundamental que sustenta o funcionamento “normal” do Estado, isto é, “há uma profunda homologia estrutural entre o combate permanente contra a ossificação das estruturas do Estado e a dinâmica intrínseca do capitalismo” (Žižek, 2010, p. 10-11).

Tomando como base as concepções das formas visível e invisível da violência, Žižek apresenta as manifestações da violência a partir da distinção entre os aspectos subjetivos e objetivos quando distingue a violência subjetiva da objetiva, classificando-as, respectivamente, quanto à forma, como visível e invisível, mas destaca que “a violência subjetiva é somente a parte mais visível de um triuvirato” e ressalta que a violência objetiva, que se divide em simbólica e sistêmica, é a responsável pela manutenção de um estado “normal” de coisas.

A violência sistêmica, em sua forma invisível, colabora para sustentar a subjetividade da violência e consiste “nas consequências muitas vezes catastróficas do funcionamento regular de nossos sistemas econômico e político” (Žižek, 2014, p. 17), já que é responsável por sustentar as relações de poder, de dominação e de exploração “necessárias para que uma vida tão confortável fosse possível” (Žižek, 2014, p. 23).

Quanto à violência simbólica, o teórico afirma que é aquela que está “encarnada na linguagem e nas suas formas” (Žižek, 2014, p. 24) e é caracterizada como “invisível” porque é resultado de uma relação de violência tida como “natural”, uma vez que o agente dominado não se sente vítima de violência.

Apresentada como uma violência imediatamente reconhecível como tal, a violência subjetiva se caracteriza pelas marcas deixadas ou pelos sinais de brutalidade e/ou de agressividade registrados em atos violentos não apenas visíveis aos olhos, mas também ampla e largamente propagados nos espaços públicos ou privados e nas mídias em geral. Ela é praticada por um sujeito identificável, por isso “subjetiva”.

A partir dessa situação, Žižek destaca que precisamos perceber a violência e suas formas a partir de uma observação que vá além dos aspectos explícitos. Esse filósofo reitera que “Precisamos ser capazes de perceber os contornos dos cenários que engendram essas explosões” (Žižek, 2014, p. 17), que aparecem para desviar a atenção para as outras formas de violência. Faz-se imprescindível, assim, “o passo para trás que permite identificar uma violência que subjaz aos nossos próprios esforços e que visam combater a violência e promover a tolerância” que se apresenta como uma categoria ideológica responsável pela expansão e pelo aprofundamento da violência dos sistemas econômico e político (Žižek, 2014, p. 17).

Quando Žižek (2014) se refere à violência subjetiva como “visível” e à objetiva como “invisível”, chama atenção para o fato de que elas não podem ser consideradas sob o mesmo ponto de vista, uma vez que a violência é subjetiva quando percebida como a perturbação de “um grau zero de não violência”, isto é, representa uma ruptura do estado de coisas “normal” e pacífico, enquanto “a violência objetiva é precisamente aquela inerente a esse estado ‘normal’ de coisas” e, por isso mesmo, corresponde a uma “das formas mais sutis de coerção que sustentam as relações de dominação e exploração, incluindo a ameaça de violência” (Žižek, 2014, p. 24).

Nessa perspectiva, Žižek reitera que a causa dessa violência está situada no medo e que esse medo se funda na violência inerente à própria linguagem, que é o meio de superar a violência direta, a qual é uma violência objetiva, sistêmica e anônima que se fortalece por meio da violência subjetiva, uma vez que, ao alimentar o “monstro” do capital, ignora não só o agente dominado, como também seus espaços e suas posições ideológicas, conforme demonstra a análise do romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, que faremos a seguir, tomando como base o funcionamento da tríade simbólica – a saber o Simbólico, o Imaginário e o Real.

A Tríade Simbólica permeada pelas formas da violência em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*

Com os dados de um movimento que, dialeticamente, constrói e desconstrói a realidade social, Žižek (2010) apresenta o Simbólico, o Imaginário e o Real – a tríade lacaniana – como

instâncias responsáveis pela composição do homem na sociedade e sempre num movimento que determina sua completude por meio de certa falta/excesso.

Em uma linguagem que lhe é peculiar, o filósofo relaciona o funcionamento da tríade ao jogo de xadrez: as regras que temos de seguir para jogar são sua dimensão Simbólica, já que, do ponto de vista Simbólico formal, “cavalo”, por exemplo, só pode ser definido apenas pelos movimentos que essa peça realiza, enquanto o Imaginário relaciona-se com a forma (conceito/ideia) como as peças se movimentam no jogo, numa estreita relação entre o significado em seus aspectos visuais/formais e o significado em seus aspectos conceituais, cujas regras devem ser conhecidas por todos (Simbólico). O Imaginário pode ser alterado (suponha que você perca uma das peças do tabuleiro, uma das torres, por exemplo, e a substitua por um objeto qualquer, como um pequeno isqueiro: ela seguirá se movimentando conforme as regras Simbólicas do jogo), e o Real se configura quando qualquer ação dos jogadores ou acontecimentos inesperados afetam o curso do jogo. O Real é um excesso na realidade que nos circunda e que escapa ao terreno seguro do Imaginário e do Simbólico: sua irrupção é sempre traumática e catastrófica (Žižek, 2010, pp. 16-17).

De acordo com as convicções de Žižek, a existência humana, tal como as regras determinadas para o funcionamento do jogo de xadrez, a tríade de Lacan – Real, Simbólico e Imaginário – funciona como uma estratégia para o homem pensar a sua existência a partir da realidade e da forma como ela se apresenta em sua relação com o mundo.

Seguindo a linha filosófica do filósofo esloveno, elegemos, nesta pesquisa, uma obra de Lima Barreto (1881-1922) para analisarmos como os elementos do Simbólico, do Imaginário e do Real permeiam a realidade ficcionalmente representada nos espaços em que os personagens contam suas histórias de lutas, de violência e de resistência na sociedade dialeticamente formada entre a aceitação e o novo modelo de vida que nascia durante os primeiros anos do Brasil República.

Tendo como pano de fundo os conflitos advindos com a Proclamação da República, Lima Barreto, no romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, utiliza a literatura como um recurso para a comunicação de um sentimento de coesão social, de solidariedade com o povo simples, humilde, com os excluídos, os marginalizados, com as pessoas pobres, com aqueles que eram, na verdade, os grandes responsáveis por toda a riqueza produzida no país, mas que eram excluídos dela, já que não tinham uma recompensa à altura pela sua participação significativa no trabalho do país, como prevê a lógica destruidora do capitalismo. Assim, “Como era possível fazer prosperar a agricultura, com tantas barreiras e impostos? Se ao monopólio dos atravessadores do Rio se juntavam as exações do Estado, como era possível tirar da terra a remuneração consoladora?” (Barreto, 1993, p. 115).

O autor dialoga com temas para além de seu tempo, à procura de respostas para a essência do ser e do estar no mundo, principalmente quando associamos essa perspectiva ao

projeto do protagonista – o major Quaresma, funcionário público, e seus ideais de reformar a pátria. Para realizar as ações estudadas e planejadas, o major Quaresma transita pelas esferas culturais, agrícolas e políticas em busca de afirmação do seu patriotismo: “Desde moço, aí pelos vinte anos, o amor da Pátria tomou-o todo inteiro. Não fora o amor comum, palrador e vazio; fora um sentimento sério, grave e absorvente” (Barreto, 1993, p. 22).

Trata-se de um amor que o levou, inicialmente, a estudar a Pátria em todas as suas esferas: primeiro a língua – quando redigiu um Requerimento propondo que a língua do Brasil fosse o *Tupi-Guarani*; em seguida, a agricultura – momento em que estudou e planejou uma reforma nas terras férteis do país. E, finalmente, a reforma política: após todos esses estudos, Policarpo Quaresma colocava-se em ação, já que “era preciso trabalhos maiores, mais profundos. Então sim! O celeiro surgiria e a pátria seria feliz” (Barreto, 1993, p. 116).

Há, no romance, uma abordagem clara sobre a situação daqueles que estão sem acesso aos meios de produção; o texto desvenda, dessa forma, a máscara da sociedade de classes, revelando a situação do ser brasileiro a partir das mais diversas realidades e experiências vivenciadas no cotidiano de todo e qualquer cidadão sem acesso ao meio cultural e aos demais meios de convivência.

Dentro desse prisma, Ortiz (1988) afirma que a questão da cultura nacional se encontra relacionada ao problema da cultura popular e à questão do Estado, já que, para ele, falar em cultura brasileira é discutir os destinos políticos do país. Observemos a passagem em que Policarpo Quaresma reflete sobre a situação do pequeno agricultor: “De resto, a situação geral que o cercava, aquela miséria da população campestre que nunca suspeitara, aquele abandono de terra à improdutividade, encaminhavam sua alma de patriota meditativo a preocupações angustiosas” (Barreto, 1993, p. 107).

Policarpo Quaresma e os demais personagens circulam na trama de forma que os valores que existem naquela ordem simbólica não apenas marquem a estrutura fechada da narrativa, mas também evidenciem que suas escolhas são originárias das relações que estabelecem com o sistema dominante, ou seja, a violência que vivenciam é produto das relações construídas dentro de uma sociedade regida por classes radicalmente antagônicas numa luta constante entre dominador e dominados, conforme expresso nos trechos extraídos do romance: “É curiosa essa coisa das administrações militares: as comissões são merecimento, mas só se as dá aos protegidos” (Barreto, 1993, p. 45); “– Este país não vale mais nada. Imaginem que o meu requerimento, pedindo honras de tenente-coronel, está no ministério há seis meses!” (Barreto, 1993, p. 48); “A pátria que quisera ter era um mito. ... A que existia de fato, era a do Tenente Antonino, a do doutor Campos, a do homem do Itamarati” (Barreto, 1993, p. 175).

Em todas essas passagens, a violência sistêmica se constitui nas mais diversas relações de poder, seja na esfera profissional (exemplos 1 e 2), seja no meio social, marcada no exemplo 3, manifesta na violência simbólica que o título de “doutor” impunha, seja a força maior

representada pelo “homem do Itamarati”, cujo poder era sobre toda a nação: “Em nome do Marechal Floriano, qualquer oficial, ou mesmo cidadão, sem função pública alguma, prendia e ai de quem caía na prisão, lá ficava esquecido, sofrendo angustiosos suplícios de uma imaginação dominicana” (Barreto, 1993, p. 120).

Nesse trecho, coadunando a expressão “Em nome do Marechal”, o que sobressai é a violência sistêmica em sua forma mais cruel de manifestação – a agressão visível no ato de prender em nome da Pátria que o Marechal comandava tornava invisível os reais interesses de manutenção da Ordem. De acordo com Žižek, “Aqui, estamos falando sobre a violência inerente a um sistema: não só da violência física direta, mas também das formas mais sutis de coerção que sustentam as relações de dominação e de exploração, incluindo a ameaça de violência” (2014, p. 24).

A narrativa, ao apontar as contradições da vida política, social e cultural, evidencia o desenvolvimento de uma violência invisível, anônima e decorrente do mau funcionamento de nosso sistema econômico e político, conforme nos apresenta Barreto (1993). As várias formas de opressão originárias do processo de dominação social e que levaram à exclusão social e cultural no período da Primeira República, além de dificultarem o desenvolvimento da democracia, sustentavam um estado de aparente normalidade.

Transpondo para a teoria žižekiana, os atos físicos violentos praticados pelo governo apareciam como a melhor forma de administrar o país e eram experimentados como uma perturbação necessária para sustentar a violência de um sistema que oprimia e matava em nome da Pátria, conforme atesta a passagem em que o narrador apresenta o personagem Ricardo Coração dos Outros em uma reflexão sobre a prisão de Policarpo:

Ricardo veio andando triste e desalentado. O mundo lhe parecia vazio de afeto e de amor. [...] Olhou o céu alto. Estava tranquilo e calmo. Olhou as árvores. As palmeiras cresciam com orgulho e titanicamente pretendiam atingir o céu. Olhou as casas, as igrejas, os palácios e lembrou-se das guerras, do sangue, das dores que tudo aquilo custara. Era assim que se fazia a vida, a história e o heroísmo: com violência sobre os outros, com opressões e sofrimentos. (Barreto, 1993, p. 179).

Essas características nos levam a associar tais fatos às reflexões de Žižek (2014) sobre “o engodo fascinante” dos ideais republicanos, aqui caracterizado como uma violência sistêmica e anônima, cujos agentes não podem ser claramente identificados, mas resulta do funcionamento irregular do nosso sistema econômico e político, como evidencia a passagem seguinte: “De resto, a situação geral que o cercava [Quaresma], aquela miséria da população campestre que nunca suspeitara daquele abandono de terras à improdutividade, encaminhavam sua alma de patriota meditativo a preocupações angustiosas” (Barreto, 1993, p. 107).

Historicamente falando, as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX não apresentaram mudanças significativas quanto aos aspectos econômicos, sociais e políticos,

uma vez que a abolição da escravidão não garantiu a inclusão do negro na sociedade e a Proclamação da República não chegou, de fato, para o povo. Em outras palavras, os problemas de dominação social apenas foram acentuados, e isso favoreceu o desenvolvimento do capitalismo.

Tal como a concepção de violência subjetiva exposta por Žižek (2014), a chegada dos portugueses às nossas terras é apregoada como uma benfeitoria ao povo nativo. E, como nas terras invadidas, os habitantes naturais são caçados, convertidos ou, quando não se conseguia a conversão, eram mortos. Essas mortes vinham por meio de armas ou por doenças trazidas pelos invasores. Dessa forma, o processo de colonização do Brasil, tal qual a nova forma do capitalismo, desconsiderava as crenças, a língua, a forma de existência do povo que aqui habitava e “seguia seu caminho ignorando qualquer preocupação humana ou ambiental, seguindo assim a lógica auto propulsiva e enlouquecida circulação do capital” (Žižek, 2014, p. 25), caracterizando, dessa forma, a invisibilidade de uma violência altamente catastrófica – a violência objetiva sistêmica.

O processo de formação do Brasil, a partir da consolidação do regime republicano, caracterizou-se como um período de tensão/acomodação das forças sociais e econômicas brasileiras sobre a população, profundamente marcadas pelo impacto da urbanização e do desenvolvimento do capitalismo, uma vez que o processo dinâmico da economia baseado na industrialização incorporou o novo, mas não fora estendido às camadas populares que ansiavam o acesso aos benefícios do processo de democratização advindo com a República (Sevcenko, 2003, p. 30-31).

É inegável que Policarpo tinha conhecimento dos fatos acima apresentados, afinal estudara, mas os livros só apresentavam uma versão da história. Embora possuísse a intenção de defender a cultura de seu país, embasado pelas lições aprendidas nos compêndios científicos e literários, ele desconhece o movimento de expansão e subversão do capital e em vão despende suas energias nos projetos que elabora. Dessa forma, Policarpo não consegue transitar entre a realidade social do mundo Simbólico e a realidade Real do capitalismo, que “determina o que se passa na realidade social dos indivíduos imbricados em interações e processos produtivos” (Žižek, 2014, p. 26)

Hoje, podemos fazer uma análise crítica com maior propriedade desse processo de colonização, porque já temos muitas produções nesse sentido. Contudo, é importante destacar que não basta ter o conhecimento, que o personagem tanto buscava, mas constatar que tal conhecimento é regido por perspectivas de classes diferentes, e isso não se fazia necessário dentro do Imaginário de Nação que Policarpo construía. O conhecimento não é neutro. Ele é perpassado por valores profundamente ideologizados. E, como nossa sociedade é constituída por classes radicalmente antagônicas, os valores e os conhecimentos serão sempre marcados por esses interesses antagônicos, os quais são muito bem destacados em muitas passagens do romance.

Os projetos de Policarpo são embasados em desejos fantasísticos anacrônicos e marcados pelo desconhecimento dos verdadeiros valores das classes dominantes, ou seja, seus “sonhos” não lhe permitem ver o que havia por trás dos “benefícios” que eram oferecidos ao povo e ao país. Policarpo não via “a violência sistêmica apropriada para o fortalecimento do capitalismo global e para a criação de indivíduos excluídos e dispensáveis, uma violência que determina o que se passa na realidade social, pois o que conta é a situação do capital” (Žižek, 2014, p. 26). É isso que Lima Barreto quer nos mostrar e que torna sua obra e seus personagens muito atuais.

Todo seu conhecimento está baseado em leituras feitas em livros escritos por viajantes à época das grandes descobertas que, inebriados com a paisagem tropical, teciam narrativas sedutoras, capazes de criar no Imaginário de Policarpo a descoberta de uma nação perfeita ou, conforme a palavra de ordem do capitalismo, “um outro mundo é possível” (Žižek, 2014, p. 27). Mundo esse reinventado pela vasta literatura da biblioteca do nosso personagem que havia lido todos os autores nacionais, os de ficção e os historiadores.

São essas leituras que definem o movimento do personagem Policarpo Quaresma dentro da estrutura Simbólica que se caracteriza pelas contradições entre o Imaginário da República e as condições sociais de uma realidade externa – Ordem Simbólica – a ele e que favorecia o processo de exclusão social. Dentro desse espaço, tomado por um patriotismo extremado, Policarpo Quaresma não vê, a princípio, as especificidades sociais e econômicas que dificultavam o desenvolvimento do homem dentro do sistema capitalista e segue seu desejo de reformar o Brasil pautado numa dimensão fantasística da realidade de fazer do Brasil o melhor lugar para se viver. Envolto por uma “realidade” estruturada pela fantasia, Policarpo é protegido dos conflitos sociais e é impedido de ser esmagado pelo real cru, já que “a própria realidade pode funcionar como uma *fuga* de um encontro com o *Real*” (Žižek, 2010, p. 73, grifos do autor).

A idealização de uma Nação em harmonia com o homem, que passou a povoar o Imaginário do personagem como forma de sustentar seu desejo de consertar a realidade, é negada, em obediência à lógica de funcionamento pelo Simbólico, e este nega ao personagem a sua realização.

Policarpo Quaresma, embora alguns estudos o apontem como louco, nem a negação da realidade nem sua imagem distorcida são sutis, não se configuram como loucura, uma vez que seu projeto de reconstruir a Nação nascera das páginas das histórias e das narrativas de escritores, nacionais ou não, mas todos apresentavam o deslumbramento dos povos pela Pátria, o que era consequência dos ideais de nacionalismo e de afirmações identitárias que povoavam aquele contexto histórico.

Triste Fim de Policarpo Quaresma revela, além da aceitação, a submissão do protagonista às formas totalitárias de poder, mas, em contrapartida, suas ações, que partem

de uma certa acomodação à violência subjetiva, sugerem “o passo para trás que nos permite identificar uma violência que subjaz aos nossos próprios esforços que visam combater a violência e promover a tolerância” (Žižek, 2014, p. 17).

No caso de Policarpo, “o passo para trás” pode ser relacionado às propostas de reformar sua Pátria, aqui destacadas como tentativas de *fugas do Real* que, apesar de organizadas individualmente, buscam atender aos anseios das classes populares, além de apontarem para a necessidade de se resistir “às formas mais sutis de coerção que sustentam as relações de dominação e de exploração, incluindo a ameaça de violência” (Žižek, 2014, p. 24). O Real, para Quaresma, é o confronto com a pátria adulterada, corrupta e degradada: embora, nesse caso específico, o Real seja mais ou menos equivalente à realidade, eles não são a mesma coisa. Em cada ação de efetivar o projeto de elevar a Pátria ao mais alto patamar, Policarpo mais se mantinha longe do encontro com o Real. Fugir da realidade para o sonho não é saudável, ao passo que fugir do Real é algo que todo ser humano equilibrado faz.

Por meio do narrador, percebemos a violência objetiva – sistêmica – quando Policarpo é apresentado como um ser que vivencia a dissonância interna da sociedade brasileira, dividida entre realidades advindas da constituição do povo brasileiro, no final do século XIX, e da realidade constituída em seu Imaginário, isto é, há um confronto entre a realidade social externa, enquanto significante (Simbólico), e os significados (o Imaginário) advindos dessa ordem, como, por exemplo, ao ler uma “quadrinha” que o ridicularizava, publicada no jornal do povoado próximo ao Sítio “Sossego”, “O major ficou estupefado. Que vinha ser aquilo? Por quê? Quem era?”. Mas logo em seguida: “O major ficou profundamente impressionado com tudo; mas, de acordo com seu gênio, incubou nos primeiros a impressão que tivera” (Barreto, 1993, p. 101). E mais adiante: “Quando Quaresma chegou a seu quarto, despiu-se, enfiou a camisa de dormir e, deitado, pôs-se a ler um velho elogio das riquezas e opulências do Brasil” (Barreto, 1993, p. 105).

A forma como o personagem percorre toda a narrativa confirma a natureza da violência histórica ficcional comprometida com a tríade Simbólica, uma vez que as concepções (o Imaginário) de Pátria do personagem, que perpassam toda a trama, confirmam que ele apresenta dificuldades não apenas para ser inserido no Simbólico, como também revelam que ele não consegue se adaptar às normas que regem as interações sociais e, conseqüentemente, não consegue obedecer às “leis não escritas” que as regulam.

Os princípios que regem o movimento do comportamento do indivíduo dentro do mundo da vida são o que Lacan chama de “ciências naturais”. Žižek (2010, p. 94) explica que o homem age de acordo com o estabelecido pela factualidade dos objetos e dos processos naturais e cita, como exemplo, o conhecimento da lei da gravidade pelos seres em geral, uma vez que eles sabem a qual lei da gravidade devem obedecer. A partir dessa relação, o filósofo apresenta o conceito de leis escritas e não escritas, utilizando a diferença entre a natureza e a história: “na história humana, ‘leis’ são normas que podem ser esquecidas ou desobedecidas”

(Žižek, 2010, p. 94), de modo totalmente distinto do que regem os preceitos estabelecidos pelas ciências naturais.

Em outros termos, a diferença entre as leis escritas – aquelas que “aparentemente” devem ser feitas – e as leis não escritas reside nas práticas factuais, isto é, Policarpo Quaresma era bom e avesso à prática da violência, mas se alistou nas tropas do Marechal Floriano e lá conviveu com generais e coronéis que, em nome da República, não só aceitaram, como também praticaram atos de violência em seus subordinados e nos revoltosos.

Quando Policarpo Quaresma fez referências de que a retirada “a esmo” dos prisioneiros estaria relacionada ao exercício ilegal dos demais militares, ele criou um mal-estar entre os funcionários, que o julgaram como uma ameaça à ordem exatamente porque agira “corretamente”, sendo punido por isso. Eis um exemplo da diferença entre as leis “escritas”, públicas, e os códigos não verbalizados de comportamento, a lei obscena que deveria ter induzido Policarpo Quaresma a silenciar diante da prática de violência de seus colegas e superiores.

O problema está exatamente no fato de que Policarpo aprende as leis ostensivas, mas as interpreta literalmente, pois é incapaz de apreender seu reverso obscuro. Em outras palavras, Policarpo Quaresma conhecia as normas que regiam a política do Marechal Floriano Peixoto, mas o que provocou sua desintegração foi o fato de ele não compreender que deveria tolerar as violações da lei, uma vez que, na forma como essas leis enquadravam a vida social, violar, subornar e trapacear eram condições de sobrevivência no espaço Simbólico (Žižek, 2014, p. 105).

A postura que Policarpo mantém entre o espaço/tempo a cada elaboração e execução das propostas para valorização da Pátria simboliza que ele nunca está completo no nível de sua função de nacionalista extremado. E esse fato leva à manifestação de uma violência objetiva, que é sistêmica e invisível, mas que emerge a cada reforma proposta, entrelaçada pela violência da linguagem que sustenta a força da classe dominante.

Os objetos de Desejo da personagem em cada uma das três reformas para a concretização de um país melhor provocam uma desorganização do seu processo inocente de simbolização. Em cada tentativa falha, Policarpo vê irromper a sombra ameaçadora do Real, caracterizada pelas violências vivenciadas em cada momento, mas o personagem se recompõe e, ao ressimbolizar cada proposta de reformar o país, ele volta ao Simbólico e segue tocando sua realidade exterior, porque, enquanto Sujeito, Policarpo cria elementos necessários para continuar se movendo na ordem Simbólica.

Mas, quando é colocado em combate e vivencia os horrores da guerra (violência subjetiva – que também é o contato com o Real), Policarpo passa a enxergar “os contornos dos cenários que engendram essas explosões” (Žižek, 2014, p. 17), e essa realidade, que é a realidade social, confronta-se com o Real – “a inexorável” e “abstrata” lógica espectral que

move a República. Nesse momento, percebe-se no vazio que simboliza esse “hiato” e rememora sua vida, como neste trecho:

Desde dezoito anos que o tal patriotismo lhe absorvia e por ele fizera a tolice de estudar inutilidades. Que lhe importavam os rios? Eram grandes? Pois que fossem... Em que lhe contribuiria para a felicidade saber o nome dos heróis do Brasil? Em nada... O importante é que ele tivesse sido feliz. Foi? Não. Lembrou-se das suas coisas de tupi, do *folk-lore*, das suas tentativas agrícolas... Restava disso tudo em sua alma uma satisfação? Nenhuma! Nenhuma! (Barreto, 1993, p. 175).

O protagonista sofre diante desses antagonismos a ponto de sofrer represálias e, em seguida, ser condenado à morte por revelar ao Marechal Floriano Peixoto o abuso de poder com o assassinato de pessoas que já estavam rendidas, que já estavam presas. Para Policarpo, a ideia de justiça é quebrada quando os prisioneiros são mortos, e desvelar essa realidade termina conduzindo-o também à morte. Mas, antes mesmo de sua aniquilação, Policarpo já deixara de existir enquanto Sujeito: seu desejo se quebra, ele se vê frente à apavorante verdade de que a Pátria com a qual sonhara não existe e lhe faltam forças para reconstruir a ilusão necessária.

Conclusão

Analisar a obra de Lima Barreto sob o viés do Materialismo Lacaniano permitiu repensar a construção do sujeito a partir de uma nova possibilidade de interpretação, uma vez que destacamos a trajetória de Policarpo Quaresma como um fator relevante para estudo e confronto das questões relacionadas aos conceitos desenvolvidos por Lacan e retomados por Žižek, como a tríade: o Simbólico, o Imaginário e o Real, relacionados às concepções de violência postuladas por esse teórico.

Como propusemos um viés diferente para a leitura da obra, julgamos pertinentes as informações sobre os conceitos de violência a partir de sua evolução na sociedade, bem como a exposição de um breve relato sobre as instâncias da tríade Simbólica. Essa fundamentação foi relevante para a observação de que o personagem passa por diferentes estágios de violência em sua relação com o mundo da realidade exposta na narrativa e os relacionamos com a tipologia apresentada por Žižek, isto é, além dos conceitos, traçamos uma relação de cada uma das formas da violência com os contextos históricos ficcionalmente representados ao longo da narrativa, os quais foram analisados a partir da tese de que a realidade do personagem protagonista, em sua relação com o ideal de Pátria, foi constituída na ordem Simbólica que regia os sistemas dominantes vigentes.

Partimos do pressuposto de Žižek sobre as formas visível e invisível da violência, para em seguida relacionar com a forma como os três tipos de violência: subjetiva, sistêmica e

simbólica aparecem simbolizados na obra de Lima Barreto. O enfoque dado nesta pesquisa voltou-se para a violência sistêmica como elemento “devastador” do mundo Simbólico do personagem protagonista, já que foram “consequências muitas vezes catastróficas do funcionamento regular de nossos sistemas econômico e político” (Žižek, 2014, p. 17). Em outras palavras, as formas da violência representadas, na obra, se materializa nos relatos de exclusão e opressão resultantes do processo de dominação que o personagem vivencia dentro do sistema dominante da época.

Referências

- Arendt, H. (2013). *Sobre a violência*. (4ª ed.). Civilização Brasileira.
- Barreto, L. (1993). *Triste fim de Policarpo Quaresma*. (11ª ed.). Ática.
- Candido, A. (2000). *Literatura e sociedade*. (8ª ed.). T. A. Queirós; Publifolha; Cia. Ed. Nacional.
- Chauí, M. (19/04/2013). *Contra a Violência*. [Palestra] proferida durante o Seminário Temático “Representação Política e Enfrentamento ao Racismo”, realizado em Salvador (BA), no contexto das preparações para a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial - a III CONAPIR e publicada como artigo.
Disponível em:
<<http://portais.tjce.jus.br/esmec/wp-content/uploads/2011/06/contr-a-violenciamarilena-chauí.doc>>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- Marx, K. (1998). *A ideologia alemã*. Martins Fontes.
- Ortiz, R. (1988). *A moderna tradição brasileira*. Brasiliense, 1988.
- Paviani, J. (2016). Conceitos e formas de violência. In: M. R. Modena, (orgs.), *Conceitos e formas de violência*. (pp. 8-20). Educs.
- Resende, B. (2017). *Lima Barreto: impressões de leitura e outros textos críticos*. Companhia das Letras.
- Sevcenko, N. (2003). *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. (2ª ed.). Companhia das Letras.
- Žižek, S. (2010). *Como ler Lacan*. Zahar.
- Žižek, S. (2014). *Violência: seis reflexões laterais*. Boitempo.